

CONHEÇA UM POUCO MAIS SOBRE A LEI QUE TRATA
SOBRE O CONFLITO DE INTERESSES NO EXERCÍCIO DE
CARGO OU EMPREGO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

CONFLITO DE INTERESSES

Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

Do que trata a Lei de Conflito de Interesses?



Situações que configuram conflito de interesses durante e após o exercício do cargo ou emprego



Regras e obrigações para ocupantes de cargo ou emprego que tenham acesso a informações privilegiadas

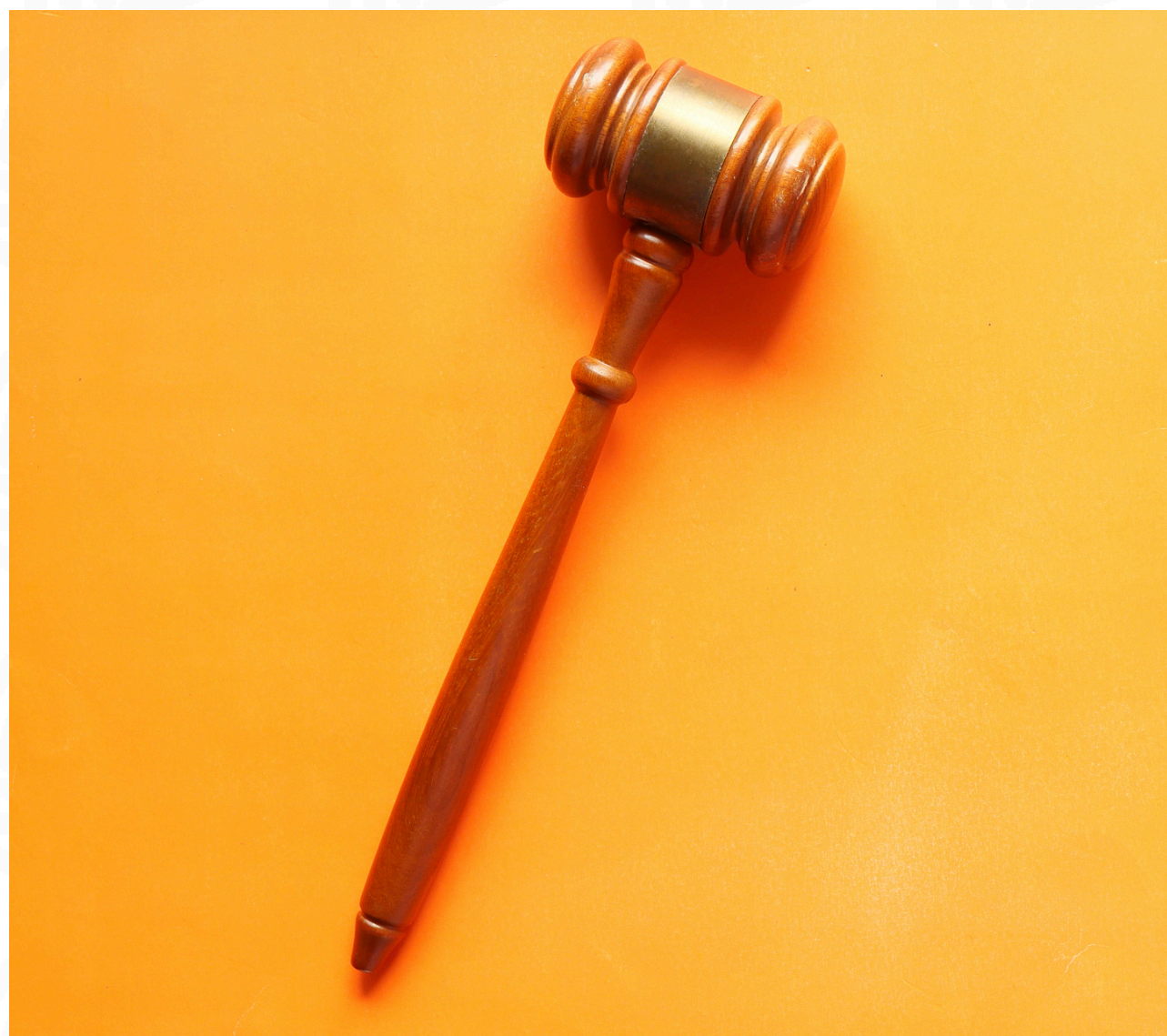


Competências de fiscalização, avaliação e prevenção de conflitos de interesses



Sanções aos servidores e empregados públicos que praticarem atos que se configurem como conflito de interesses

Quem está sujeito a esta lei?



I - Ministro de Estado;

II - Cargos e empregos de natureza especial ou equivalentes;

III - Cargos de presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista; e

IV - Cargos e empregos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6 e 5 ou equivalentes.

Parágrafo único. Além dos agentes públicos mencionados, sujeitam-se também os ocupantes de cargos ou empregos cujo exercício proporcione acesso a informação privilegiada capaz de trazer vantagem econômica ou financeira para o agente público ou para terceiro, conforme definido em regulamento.

Mas afinal, o que significa Conflito de Interesses?

De acordo com a Lei nº 12.813/2013, conflito de interesses é a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

Vale ressaltar que a configuração do conflito de interesses independe da existência de lesão ao patrimônio público, bem como do recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo agente público ou por terceiro.



Como os servidores e empregados públicos podem prevenir ou impedir a ocorrência de conflito de interesses?

A Lei estabelece que o ocupante de cargo ou emprego no Poder Executivo Federal deve agir de modo a prevenir ou a impedir possível conflito de interesses e a resguardar informação privilegiada.

Assim, se tiver dúvida sobre qualquer situação, o agente público deverá consultar os órgãos competentes para fiscalizar e avaliar as situações de conflito de interesses. São eles, a Controladoria Geral da União - CGU ou a Comissão de Ética Pública - CEP.





Além disso, a CGU desenvolveu o Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI).

O SeCI, Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflitos de Interesses, permite ao servidor ou empregado público federal fazer consultas e pedir autorização para exercer atividade privada, bem como acompanhar as solicitações em andamento e interpor recursos contra as decisões emitidas, tudo de forma simples e rápida.

Em caso de dúvidas

Entre em contato com a Controladoria Geral da União - CGU, a Comissão de Ética Pública - CEP ou a Comissão de Ética do MCom para evitar quaisquer situações que possam gerar conflitos de interesses.

Conheça a Lei:

[Conflito de Interesses - Lei 12.813.](#)



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



gov.br/**mcom**

       min**comunicacoes**